

Postos constroem pista irregular

Carolina Nogueira
Da equipe do **Correio**

Uma pista de pouco mais de 30 metros abriu caminho para uma briga no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). A pequena estrada, que começou a ser aberta no último domingo e está em fase de terraplanagem, cria um acesso direto para dois postos próximos da Estrada Parque Taguatinga-Guará (EPTG). O acesso em construção beneficia os postos em uma estratégia de mercado: 45 mil carros passam por dia pela EPTG. No entanto, a rua — que não foi autorizada pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER) — corta um canteiro público e cria um cruzamento impensável em uma das vias mais importantes do SIA.

A via está sendo construída por uma empresa privada de terraplanagem para servir aos postos de abastecimento — que já estão praticamente prontos para ser inaugurados. Os dois estabelecimentos começaram a ser construídos em novembro do ano passado e ficam num mesmo terreno do Trecho 1 do SIA, de propriedade do ex-senador Luiz Estevão. A administração dos pos-

tos está arrendada, desde o ano passado, para o empresário Gilberto de Oliveira (leia insert).

O advogado do grupo que administra os postos, Carlos Vieira de Souza, afirma que a obra viária está autorizada pelo DER — mas se nega a mostrar o projeto aprovado. "A autorização está na Administração Regional, na empresa responsável pela terraplanagem da pista e no próprio DER", afirmou ao **Correio** no final da tarde de ontem.

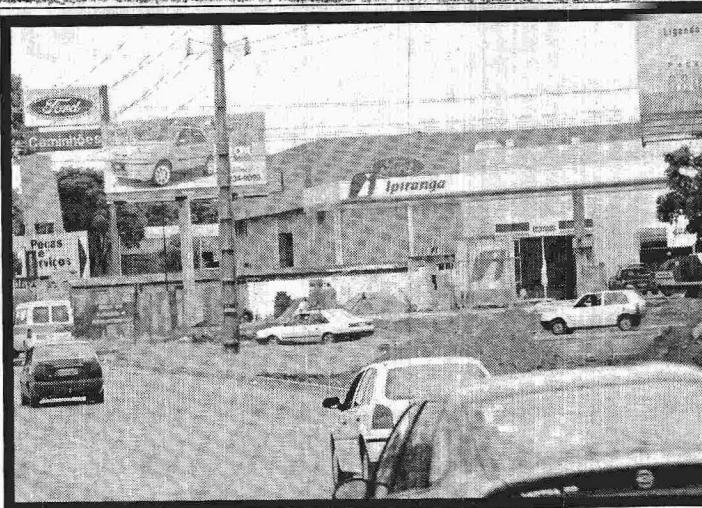
No entanto, o projeto aprovado pelo DER não coincide com a obra em execução. De acordo com a planta, aprovada em 7 de junho de 2001, a pista deveria ser construída na parte de trás dos postos. Assim, a pista de acesso não cruzaria com a saída do SIA. "De fato, o que consta aqui no projeto aprovado não é o que está sendo implantado", admitiu a arquiteta diretora do Departamento de Projetos da Administração Regional do Guará, Elza de Melo.

O DER confirmou que o único projeto aprovado para esta obra é o que consta na Administração Regional, aprovado em junho de 2001. "Não sabemos se o projeto está sendo cumprido ou não. Amanhã (hoje) vamos verificar o que está acontecendo", afirmou o diretor técnico do órgão, Reinaldo Teixeira.

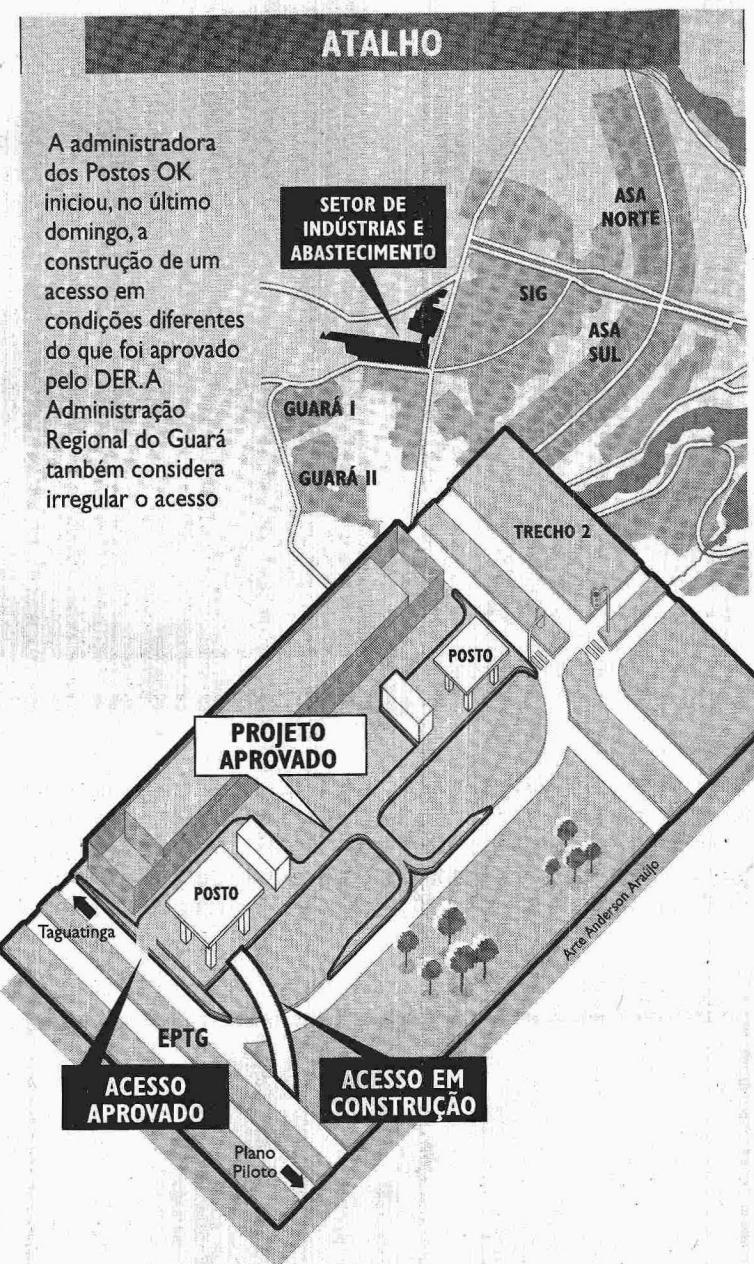
QUATRO EMBARGOS

Esta não é a primeira vez que a obra dos postos no terreno de Luiz Estevão — já batizados de Postos OK — são acusados de irregularidades. Desde que a obra começou, várias denúncias e processos chegaram à Justiça e a órgãos fiscalizadores.

As ações contestam desde a forma com que foi aprovada a mudança de destinação do lote para posto de gasolina — realizada em 1988 — até a falta de licenças ambientais para a obra. A construção já foi embargada quatro vezes. A última das decisões foi proferida pela Justiça no dia 25 de março. Em caráter liminar, o juiz da 3ª Vara de Fazenda Pública, Waldir Leônio Júnior, determinou a suspensão das obras. Ele acatou a argumentação de uma ação popular apresentada pelo grupo Brasal em fe-



VIA DE ACESSO AOS POSTOS DE GASOLINA NÃO FOI APROVADA PELO DER



ESQUEMA PARA VALORIZAR LOTE

O empresário Gilberto de Oliveira, que arrendou os postos de Luiz Estevão, é um dos proprietários de postos de gasolina envolvidos em denúncias de corrupção na farra da mudança de destinação de lotes. O esquema funcionava com a ajuda de deputados distritais que, por meio de projetos de lei, transformaram pelo menos 30 terrenos convencionais em áreas para postos de gasolina nos últimos dois anos. Gilberto teve cinco lotes alterados. Um dos terrenos, em Ceilândia, foi comprado por R\$ 354 mil. Depois de alterada a destinação, passou a valer R\$ 1,2 milhão. O projeto foi apresentado pelo deputado João de Deus (PDT).

vereiro deste ano.

Além dos problemas ambientais e fundiários, a ação aponta irregularidades no licenciamento da obra, como a falta de pareceres que deveriam ter sido emitidos pelo Detran, DER e Corpo de Bombeiros.

Os representantes do empresário Gilberto de Oliveira afirmam

OS ROLOS DOS POSTOS OK

O ACESSO

Construído em desacordo com o projeto aprovado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), o acesso aos postos passa por cima de um canteiro público e corta uma das vias mais importantes do SIA.

AGRESSÃO AMBIENTAL

Em outubro do ano passado, a obra foi embargada por motivos ambientais. A empresa responsável pelos postos foi acusada de exercer atividade sem licença ambiental e multada em R\$ 34.340. Em 12 de dezembro, a Semarh concedeu licença de construção para a obra, com uma série de ressalvas e recomendações.

PROJETO DIFERENTE

Em dezembro do ano passado, a Administração Regional do Guará descobriu que o projeto arquitetônico aprovado para a obra dos postos não estava sendo cumprido. A obra foi embargada pela segunda vez e o projeto, refeito. Um novo alvará de construção foi concedido em janeiro.

A DESTINAÇÃO DO LOTE

Uma ação movida pelo Sindicato dos Proprietários de Postos de Gasolina (Sinpetro) contestou na Justiça a alteração da destinação dos lotes, em 1988. De acordo com o Sindicato, a mudança foi ilegal porque os terrenos ocupados pelos postos não têm vocação de inflamáveis. O TJDF garantiu o embargo da obra em caráter liminar, em janeiro deste ano — que foi derrubada pouco tempo depois por uma ação movida pelos arrendatários do lote.

AS MULTAS ATRASADAS

A Administração Regional do Guará multou a obra duas vezes no ano passado: por apresentar um projeto diferente e por descumprir o embargo imposto pela fiscalização. De acordo com a Administração, as multas referentes às duas infrações — de R\$ 1.162 e R\$ 830 — até ontem não foram pagas.